

Conflito sócio-ambiental: moradia e/ou preservação da natureza¹

Maria das Dôres Silva Nóbrega
Universidade de Brasília - Brasil
nobredoris@yahoo.com.br
Dra. Marília Luiza Peluso
Universidade de Brasília - Brasil
peluso@unb.br

Resumo: O presente artigo é parte da pesquisa empreendida no Programa de Pós-graduação de Geografia da Universidade de Brasília e tem como objetivo compreender como moradores de baixa renda que residem em área de conflito sócio-ambiental racionalizam suas posições conflitantemente diante do dilema da necessidade de moradia e de preservação da natureza. O caminho considerado no estudo é o da subjetividade, ou seja, dos processos internos ao sujeito que se materializam no espaço e estruturaram processos externos e espaciais. Pretende-se pesquisar as representações sociais da moradia e da natureza da população de baixa renda. A coleta dos dados e informações sobre as representações sociais se deu por meio de entrevistas aos moradores. Para isso, o *lôcus* do estudo é Águas Lindas de Goiás-GO, Brasil. O trabalho consiste numa pesquisa sobre os fundamentos do espaço geográfico e das representações sociais para entender como os moradores de baixa renda que habitam áreas de preservação ambiental têm conhecimento disso, não podem registrar seus lotes, estão sob a constante ameaça de despejo e daí constroem suas contradições, seus conflitos e suas representações. Ou seja, como justificam a dissonância cognitiva diante do conflito sócio-ambiental. Para isso, parte-se da hipótese de que os moradores reconhecem a necessidade de preservação ambiental, mas justificam a ocupação de áreas protegidas com moradias porque sua situação econômica não permite continuar pagando aluguéis elevados. Isto é, não escolheram morar numa área de proteção ambiental, mas foram obrigados diante da situação econômica em que se encontram.

Palavras-chave: moradia, natureza, representação social, espaço, conflito sócio-ambiental

Social-environmental conflict: housing or environmental preservation

Abstract: The article is part of the research undertaken in the Postgraduate Program of University of Brasilia's Geography and aims to understand how low-income residents living in areas of socio-environmental conflict streamline their conflicting positions in face of the dilemma of the need for housing and the preservation of nature. It is searching the social representations of living and the nature of poor people. Data collection and information on social representations have been made by means of interviews with residents. The locus of study is the city Águas Lindas of Goiás-GO, Brazil. The work consists of research on the foundations of the geographic space and social representations to understand how the low-income residents living in areas of environmental preservation. They can not register their properties, besides that they are under the constant threat of eviction and under that they construct their contradictions, its conflicts and its representations. Therefore, the residents recognize the need for environmental preservation, but

¹ Eixo temático: Opção 1 - Processo de urbanização da sociedade e novas espacialidades.

justify the occupation of protected areas with housing because their economic situation does not permit to continue paying high rents. Although, they did not choose live in an area of environmental protection, but they need doing that because their economic situation.

Keywords: housing, nature, social representation, space, social-environmental conflicts.

Introdução:

Estudar o espaço urbano é sem dúvida um desafio diante da complexidade de agentes, ações e processos. Analisá-lo partindo de um estudo interdisciplinar é mais uma tentativa de compreensão da realidade urbana brasileira, que tem forçado os pesquisadores a buscar novos caminhos e focos de análise. Assim, propõe-se delinear uma análise geográfica, mas que também se apoiará em autores da psicologia social, a fim de demonstrar como as representações sociais são importantes para a compreensão do espaço urbano.

A nova conjuntura gerada pelos parcelamentos ilegais e pela legislação ambiental justifica discussões que buscam aproximar o estudo interdisciplinar do espaço geográfico e do pensamento social. Portanto, o trabalho consiste numa pesquisa sobre os fundamentos do espaço geográfico e das representações sociais para entender como moradores que habitam áreas de preservação ambiental têm conhecimento disso, não podem registrar seus lotes, estão sob a constante ameaça de despejo e daí constroem suas contradições, seus conflitos e suas representações. Ou seja, justificam a dissonância cognitiva diante do conflito sócio-ambiental.

O artigo tem como objetivo compreender como moradores de baixa renda que residem em área de conflito sócio-ambiental racionalizam suas incoerências diante do dilema da necessidade de moradia e de preservação da natureza. Assim, pretende-se pesquisar as representações sociais da moradia e da natureza da população de baixa renda.

Ao estudar Águas Lindas veio à idéia, ou seja, o *locus* foi inicialmente o município goiano que se localiza no entorno do Distrito Federal, aproximadamente 50 km da Capital do país, local em que se situa um dos principais reservatórios de abastecimento de água da população da Capital Federal do Brasil. Os moradores se instalaram em loteamentos irregulares em áreas de preservação. E para compreender as representações sociais e a seus moradores irregulares o estudo tornou-se interdisciplinar.

Parte-se da hipótese de que os moradores reconhecem a necessidade de preservação ambiental, mas justificam a ocupação de áreas protegidas com moradias porque sua situação econômica não permite continuar pagando aluguéis elevados. A segunda hipótese é de que trabalhos e pesquisas interdisciplinares podem explicar com mais clareza as justificativas dos moradores de Águas Lindas e para obter resultados mais consistentes, a Geografia e a Psicologia Social estão unidas nas análises do problema a ser estudado ao utilizar-se à noção de representações sociais. Se busca nas experiências cotidianas entender como os processos internos acontecem para a tomada de decisão dos moradores diante de situações tão polêmicas. Assim, indaga-se o que leva as pessoas, mesmo sabendo dos riscos e das dificuldades, a ocuparem lugares protegidos ambientalmente.

1. Espaço geográfico e representação social

Na geografia, as possibilidades de um estudo interdisciplinar com o objetivo de alcançar a totalidade já foram destacadas por Milton Santos (1996). Para ele,

com a globalização do mundo, as possibilidades de um trabalho interdisciplinar tornaram-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo (...). Basta que os enfoques particulares se proponham uma visão contextual, para que, através da soma de estudos setoriais, seja possível recuperar a totalidade (SANTOS, 1996, p. 122).

A Geografia, como ciência empírica se remete à realidade e suas dimensões. A Geografia sempre lidou com as materialidades que podem ser estudadas sob a forma de paisagens, de cidade, de territórios usados, de regiões. Não é mais a racionalidade econômica que impera. A economia é uma instância social, como é a política, como é a cultura e como é o espaço de acordo com o autor. O espaço como instância. O espaço como condição da existência. Então, uma questão para o debate é que a racionalidade do espaço deriva dos sistemas de objetos e ações?

Santos entende o espaço geográfico como um sistema indissociável entre os objetos e ações, em que objetos são as materialidades cada vez mais artificiais e as ações “leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2008, p. 63)”. O autor também afirma que os sistemas de objetos e ações integram “uma lógica que é ao mesmo tempo, a lógica da história passada [...] e a lógica da atualidade (SANTOS, 2008, p.77)”. Trata-se segundo Milton Santos

de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social (SANTOS, 2008, p.77-78).

A dinâmica do espaço urbano é expressão visível da concentração cada vez maior da população, da densidade populacional e da heterogeneidade tanto populacional quanto de serviços e atividades econômicas, as quais constituem condições essenciais do processo social e dos sistemas de objetos e ações.

Na perspectiva de Milton Santos o espaço é o território usado em que o uso se manifesta na constituição do lugar, onde o processo espacial é solidário. O uso do território é não só material, como também psicológico/subjetivo, imaginado e vivido, cujos resultados são, não apenas ações objetivas, mas também representações sobre elas. Os objetos são concretos, mas também simbolizados – nada do que é humano é somente “objeto” e as representações sociais são referências para as ações.

A espacialidade, pensada tendo em vista a noção das representações sociais, apresenta-se como resultado da elaboração simbólica e subjetiva dos indivíduos, pois remete a crenças, conhecimentos do senso comum, que vão servir como estruturadores do sistema de objetos e ações. Para Jodelet (1989):

tomar como objeto de estudio una representación social, nos lleva a buscar cómo, a propósito de un objeto definido del ambiente material, social o ideal, se construye y funciona un conocimiento que va servir como base de acción e interpretación (JODELET, 1989, p. 2).

Os objetos não agem, mas podem ser predestinados a certo tipo de ação que lhes dá sentido. Como afirma Santos (2008), os objetos hoje se “valorizam”. Portanto, materialidade e eventos são tomados em conjunto, ou seja, são indissociáveis. No entanto, “há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história (SANTOS, 2008, p.86)”.

Deste modo, um caminho ainda pouco estudado é o que considera a subjetividade, ou seja, os processos internos ao sujeito que se materializam no espaço e estruturaram processos externos e espaciais. Portanto, cabe indagar: o que vem a ser representação social?

As representações sociais são “entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano (MOSCOVICI, 1978, p.41).” Representar segundo Moscovici (1978) é constituir na mente uma “imagem” do “objeto” que é tomado como referência.

A relação entre materialidade e subjetividade aparece como elo fundamental na pesquisa. A moradia e a natureza, enquanto fenômenos sociais complexos suscitam representações que, para serem compreendidas, remetem a condutas e práticas humanas que lhes dão suporte e conferem sentidos, em conjunto com os sistemas simbólicos. Devem, então, ser compreendidas como inerentes ao sujeito, que reúne ideologias e crenças em representações sociais.

Nesse sentido, a representação social também busca relacionar os diferentes aspectos do ambiente, invocando a dimensão social, para alcançar uma visão unificada do ambiente como objeto científico (JODELET, 1989). Considera-se que a dimensão simbólica e cultural, assim como as ideologias e as experiências cotidianas, representam importantes indícios para a compreensão do ambiente. Ou seja, para a representação ser social é necessário que suas características sejam comuns a um grupo. Isto significa que o sujeito deve ser entendido como pertencente a um grupo social e o objeto como conceitos, idéias e vivências que são comuns ao grupo.

A autora considera a dimensão subjetiva e material como imprescindíveis para a análise do ambiente, a qual denomina de “sociofísico”, ou seja, “[...] como un producto material y simbólico de la acción humana cuyo aspecto social está situado en términos de significaciones” (JODELET, 1989, p. 32).

Portanto, a representação social é constituída em um processo que envolve sujeito e o contexto social de suas experiências. Assim sendo, o espaço em que se insere o sujeito é compreendido como um suporte de indicadores simbólicos, de crenças e de expectativas da população, o que proporciona estudar o seu simbolismo como uma representação social (RAYMOND & HAUMONT *apud* JODELET, 1989). As formas espaciais, quando são utilizadas as representações sociais, seriam projeções espaciais de estruturas internalizadas, materializadas como representações sócio-espaciais.

Pensar em práticas sócio-espaciais é pensar em um espaço social, ou seja, produzido socialmente, como resultado de experiências cotidianas e passadas “[...] que reflejan una relación social poniendo en juego los procesos cognitivos y afectivos, que em el plano individual o coletivo, están ligadas al compromiso estructural y a la identidad de los sujetos” (JODELET, 1989, p. 36).

Quanto às representações sociais, elas corresponderiam:

A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados (...) à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

A preocupação com a esfera simbólica é destacada por vários autores contemporâneos das ciências humanas. Uma unanimidade é a necessidade de buscar respostas aos fenômenos na subjetividade do homem, pois muitas vezes os fenômenos são considerados apenas os processos externos e não os movimentos internos dos sujeitos. Moscovici (1978, p. 47), aponta para a lacuna existente na forma como tem sido analisado o fenômeno simbólico, destacando a maneira insatisfatória apresentada nas abordagens.

Assim, a teoria das representações sociais lança novas bases para a compreensão da realidade, na medida em que não existe heterogeneidade entre o objeto e o sujeito, entre o externo e o interno. Por isso:

Quando falamos de representações sociais, partimos geralmente de outras premissas. Em primeiro lugar, consideramos que não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois que é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

A noção de representações sociais tem na análise do sujeito, nos processos internalizados a chave para se atingir o conhecimento das ações que se impregnam de valores e que se transformam em atitudes e em comportamentos. Entende-se que a partir do movimento e internalização configuram-se práticas que refletem valores subjetivos, direção em que aponta Peluso. Para ela, quando são:

Interiorizadas as formas espaciais que as relações sociais adquirem, os sujeitos dotam-nas de símbolos e significados, localizam-se nelas, tomam decisões, submetem-se, ou não, ao poder, alienam-se e exercem, na expressão de HELLER (1992) sua genericidade e sua particularidade (PELUSO, 1998, p.4).

Observa-se que as práticas não estão desligadas dos sujeitos, tendo por seu intermédio a produção de comportamentos, de ações que correspondem a um estímulo dado, configurado pela realidade cotidiana que se impregna de valores que refletem o modo de ver e pensar de cada indivíduo. Assim na representação social estabelece-se uma dinâmica que envolve o sujeito, o espaço e o contexto sociocultural em que está inserido.

2. Campo representacional: moradia e natureza

As representações sociais não são neutras e não se formam num vazio, pois sempre estarão apoiadas em algum tipo de conteúdo social que formam seu contexto e produzem comportamentos, cristalizam significações e formas simbólicas. O contexto básico com que vai trabalhar na presente pesquisa compreendem a natureza e a moradia.

A terra, como a água, o ar, são indispensáveis à vida. São bens da natureza que foram “transformados” em mercadorias. A natureza na perspectiva do senso comum “é aquilo que não é

artificial. [...] Natural é o que a natureza fez (CARVALHO, 1991, p.9).” Mas, a questão não é tão simples. Um dos significados da "natureza" diz respeito àquilo que se distingue pela dinâmica, ritmo, finalidade, formas, reprodução e recriação que cada um ou grupos de seres que compõem o planeta torna significante.

Tanto é que o autor assinala “dois grandes agrupamentos na natureza: os que têm e os que não tem vida (CARVALHO, 1991, p.11).” Porém, isso não nos impede de apreender as coisas como fenômenos e assim interpretá-los e não simplesmente descrevê-los, de maneira que os elementos simbólicos e sua dinâmica adquirem grande importância. Por isso, é “que tem sentido dizer que os homens fizeram ou fazem sua própria história (CARVALHO, 1991, p.12).” Enquanto a natureza também tem sua própria história, mas que é narrada pelo homem.

O que se concebe como natureza é exatamente o que está presente no dia-a-dia do homem, como se fosse algo estático, imutável, um paralelo ao mundo da humanidade. Atualmente, a relação existente entre sociedade e natureza é aquela pautada na dominação, em que o homem vê nela uma fonte de recursos de onde se extrai riquezas que servirão tanto para a sobrevivência, como para a aquisição do excedente. No entanto,

o fato é que entre os seres que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em 'mundo' distintos, tal como fazemos hoje: de um lado o mundo natural, de outro, o social, cada um com sua própria alteridade. (CARVALHO, 1991, p 25).

À medida que a sociedade vai se tornando mais complexa, novos valores vão sendo agregados a essa realidade e o homem vai se separando da natureza, não de forma absoluta e em todos os lugares, mas onde essas idéias começam a ganhar corpo. Primeiro a natureza é divinizada pelo pensamento teológico, ou seja, a natureza vem atender aos interesses da instituição religiosa e do restante que compunha o corpo da classe dominante. Modelo de natureza que só vai ser rompido com a consolidação do modo de produção capitalista, nos séculos XVII e XVIII. Como afirma Carvalho,

na sociedade capitalista, o conhecimento não tem mais o sentido da reconciliação do homem com o mundo, [...] mas sim como um meio de controle da natureza, que daqui para a frente vai ter que funcionar como uma espécie de 'máquina perfeita', já que não pode falhar no fornecimento da enorme quantidade de mercadorias, ou posteriormente de matérias-primas, industriais, que o novo sistema comandado pela burguesia vai requisitar. (CARVALHO, 1991, p 42).

A terra é, de acordo com Rodrigues (2003) uma mercadoria *'sui generis'*, não é produzida, não tem um valor de produção, mas tem um preço que “é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social (RODRIGUES, 2003, p.19)”. Outra característica é que a terra “não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais ‘velha’ que fique nunca se deteriora (RODRIGUES, 2003, p.16-17)”. O consenso é de que só o trabalho é que cria valor. A terra é uma mercadoria no sentido de que seu preço é definido pelo “estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores (RODRIGUES, 2003, p.16).”

Deste modo, a terra, a moradia e a natureza não circulam e sim o título de propriedade. Então o que se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Porém, para os moradores o que tem valor é a propriedade do lote, a ocupação e não o papel.

Uma moradia é fruto de um trabalho, de uma edificação efetivada na terra, na natureza. Portanto, tem um valor de troca, mas sua “importância para o dono de ‘casa própria’ é o valor de

uso” (VALLADARES, et al, 1980, p. 51). No caso dos loteamentos, se são, no momento, “as soluções de morar mais interessantes para os pobres, porque permite o maior número de conexões e de acertos nos quais eles têm papel positivo e algum poder, isso não quer dizer que se apresentem sem problemas” (VALLADARES, et al, 1980, p.38). Os problemas de acordo com a autora existiriam em dois níveis:

1) nas ações imediatas e cotidianas que dizem respeito diretamente a indivíduos, famílias e pequenos grupos e 2) no conjunto urbano enquanto sistema articulado, condicionador do fenômeno expansão periférica. No primeiro caso, os aspectos negativos têm caráter palpável e imediato. No segundo, as suas conseqüências só se fazem sentir a longo prazo e por quem for capaz de ver o conjunto urbano com uma distância crítica tal, que faça aparecer as contradições entre seus elementos em relação ao todo. Afinal, as periferias, se tornam viável a nova estrutura metropolitana brasileira, também representam a maior ameaça de dissolvê-la em caos e anomia. (VALLADARES, et al, 1980, p.38-39).

No espaço urbano, insere-se também a produção da moradia. Para que a população de baixa renda possa resolver seu problema de morar, ela compra um lote em área da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos e sua preocupação inicial é com o valor da prestação mensal. De posse do seu lote, começa a construção da casa, por meio “de um processo longo e penoso, calcado na cooperação entre amigos e vizinhos ou apenas na unidade familiar: a autoconstrução (RODRIGUES, 2003, p.30).”

A construção da moradia se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do ‘tempo livre’ da família. E se realiza nos fins-de-semana e em parte nas férias, além é claro do dinheiro disponível para a compra do material de construção e da contratação de eventual trabalhador especializado. Os loteamentos surgem da necessidade de onde e como morar. Para as camadas populares,

uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estará seguro pelo fato de terem onde morar. Mesmo quando se consideram os arremedos de cidades onde moram e são proprietários, a terra/casa é uma garantia de ter seu lugar na cidade nos períodos mais difíceis. (RODRIGUES, 2003, p.49).

Dentro desse contexto, em que natureza e moradia estão unidos, as representações sociais podem ser compreendidas como práticas espaciais, resultado de relações sociais, de processos cognitivos relacionados a uma identidade individual ou coletiva. Nesse sentido, as posições ideológicas detêm papel fundamental na constituição de sistemas de representações ligado à elaboração de imagens espaciais, como apontam Jodelet (1989) e Moscovici (1978).

Assim, “as representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deva ser” (MOSCOVICI, 1978, p. 59). Destaca-se que, se toda representação é uma representação de algo, todo o objeto seria um signo, ou seja, significante de algo (MOSCOVICI, 1978, p. 63). Assim, indaga-se qual a representação social da moradia e da natureza dos moradores de loteamentos de áreas protegidas ambientalmente? Para investigar a proposição tem-se como objeto empírico de estudo os loteamentos clandestinos da área de proteção ambiental (APA) da bacia do rio Descoberto no município de Águas Lindas de Goiás-GO.

2. Objeto empírico de estudo: loteamentos clandestinos da APA do Descoberto em Águas Lindas de Goiás – GO, Brasil

O município em estudo apresenta as seguintes peculiaridades que demonstra o conflito sócio-ambiental: primeiramente, o município é resultante principalmente do fluxo migratório procedente do Distrito Federal para o entorno. A mancha urbana formada no Entorno do Distrito Federal, comporta aproximadamente 1 milhão de habitantes (IBGE, 2008) e aumenta continuamente. A tabela 1 ilustra o crescimento populacional do Entorno do Distrito Federal entre 1991 a 2004:

Tabela 1

Crescimento populacional do Entorno do Distrito Federal de 1991 a 2004

Anos	População	Crescimento médio anual estimado do período % (1991-2004)
1991	560.615	6,72%
2000	907.565	
2004	1.088.116 (estimada)	

Fonte: IBGE (2008)¹

O conjunto urbano composto pelo Distrito Federal e municípios do Entorno, em Minas Gerais e Goiás, forma um embrião de região metropolitana, que em 1998, foi chamada de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)².

O crescimento acelerado do Entorno do Distrito Federal, como visualizado nos dados do IBGE, sofreu um aumento populacional com taxas médias anuais de 6,72%, no período de 1991-2004, sendo as do Distrito Federal são da ordem de 3,04% aa no mesmo período. Como resultado, desencadeou-se um processo de demanda por moradias principalmente para a população de baixa renda. O acesso ao espaço nas áreas centrais foi restringido, evidenciando ainda mais a exclusão social, ou seja, a segregação sócio-espacial manifestou-se na reprodução do espaço de residência. As populações de classes mais baixas acabaram encontrando soluções para suas necessidades habitacionais, muitas vezes à revelia do mercado imobiliário formal.

Segundo, localiza-se em parte numa APA. O município tem como retângulo envolvente as coordenadas de 15°45'00" e 15°52'30" de latitude sul e de 48°15'00" e 48°22'30" de longitude oeste, e seu município corresponde a uma área de 278 km². E foi estruturado pelas rodovias BR-070 que liga Brasília-DF a Cocalzinho-GO e a GO-547 que liga Brazlândia - DF e Cidade Eclética-GO.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é definida como:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e

¹ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> e Codeplan.

² É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais – Lei Complementar n° 94, de 19 de fevereiro de 1998.

assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, capítulo III, art. 15).

Porém, a APA do rio Descoberto, sob vigência do decreto nº. 88.940 de novembro de 1983, tem sido ocupada por moradias. E terceiro, a predominância de uma população com características de baixa renda que pode ser averiguada por meio da intensidade da indigência que abrange 56,31% da população, da intensidade da pobreza em torno de 43,98%, a renda per capita estimada em 150,35 reais per capita. E, a população do município de Águas Lindas de Goiás, também é atendida por rendas oriundas de transferências governamentais, como o bolsa família e a bolsa escola, que chega a atingir 6,69% da população¹.

3. Procedimentos metodológicos

O procedimento prioritário para entender o papel desempenhado pelas representações sociais é por meio de entrevistas com moradores dos loteamentos ilegais de baixa renda na APA do rio Descoberto em Águas Lindas com o objetivo de fazê-los evocar suas representações sociais da moradia e da natureza. Assim, o instrumento elaborado para detectar as representações sociais permite por um lado abordar os sujeitos tanto com perguntas livres, e, por outro, com perguntas dirigidas.

As entrevistas são divididas em duas partes. A primeira é composta por uma série de questões que aborda aspectos sócio-econômicos e espaciais que permite elaborar o perfil do universo dos entrevistados. Na segunda parte, questões abertas que permite penetrar no universo do pensamento dos entrevistados por meio dos discursos e compreender as representações sociais.

As questões livres, ou seja, abertas permitem investigar o “que pensam os indivíduos acerca de um determinado objeto e porque pensam” (ALMEIDA, 2001, p 131). No caso da pesquisa em andamento o objeto de estudo são os moradores e os conteúdos da representação social da moradia e da natureza.

Para exame das entrevistas considera-se o método de análise de dados textuais Alceste (Análisis Lexical de Coocurrencias em Enunciados Simples de um Texto). Trata-se de um software produzido por Max Reinert, em 1986, na França e se presta a análise quantitativa de dados textuais. De Alba (2004) utilizando o software explora a estrutura e a organização do discurso e, com esse instrumento, apresenta as representações sociais dos entrevistados.

3.1 O método Alceste e sua aplicação

O software de análise estatística textual é uma primeira etapa da análise de conteúdo. Os motivos da utilização do método Alceste se dar primeiramente na análise de conteúdo devem-se, de acordo com De Alba (2004), a sua compatibilidade com a teoria das representações sociais, pois se possibilita a exploração do texto bruto, evitando as contaminações de análise do investigador. Segundo a análise do conteúdo temático e a análise dos mundos lexicais proposta pelo Alceste pode ser complementar, na medida em que pode ser uma primeira etapa de análise do texto que ajudará a uma melhor interpretação dos resultados levantados pelas entrevistas.

¹ Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Assim, indaga-se como funciona o Alceste? Segundo De Alba (2004) o conjunto de análise estatística do uso discursivo ou o uso de vocabulários em um ou mais textos se desenvolve em três etapas: primeiro o programa divide o texto em unidades de contexto elementares (UCE), que são segmentos de texto composto por palavras principais ou funcionais (substantivos, verbos e adjetivos) que são co-ocorrentes e as palavras relacionadas (preposições, conjunções, artigos e pronomes) são eliminadas. Dessa forma, obtêm-se as palavras principais e relacionadas (UCE) em linhas e “morfemas lexicais” em colunas. As UCE “son segmentos de texto compuestos por sucesiones de palabras principales” (DE ALBA, 2004, p. 1.4). Ou seja, as UCEs constituem pequenos fragmentos de texto que contêm um enunciado completo.

Na segunda etapa reorganiza as UCEs, de maneira que as unidades sejam compostas de enunciados lingüísticos que comportam uma idéia ou uma representação elaborada pelos sujeitos acerca de si e de seu mundo compondo as classes. Cada classe é composta de várias UCEs em que a semântica é homogênea. A análise das entrevistas resulta da classificação hierárquica descendente (CHD) que se destina a calcular as partições em classes as quais se resume por um “dendograma”.

Em seguida, efetua-se a análise fatorial de correspondência (AFC), que permite visualizar as oposições resultantes da CHD. Na seqüência apresenta-se uma análise empreendida pelo software, em que é reconstruído o discurso dos sujeitos de cada uma das classes, a partir das palavras e UCEs fornecidas pela análise estatísticas, assim resultando numa análise qualitativa. Portanto, a análise qualitativa considera tanto os dados estatísticos como o conhecimento do pesquisador quanto aos seus dados para que possa reconstruir o discurso coerente com a realidade investigada, que seja de todos os sujeitos e de nenhum em particular, demonstrando sua origem social.

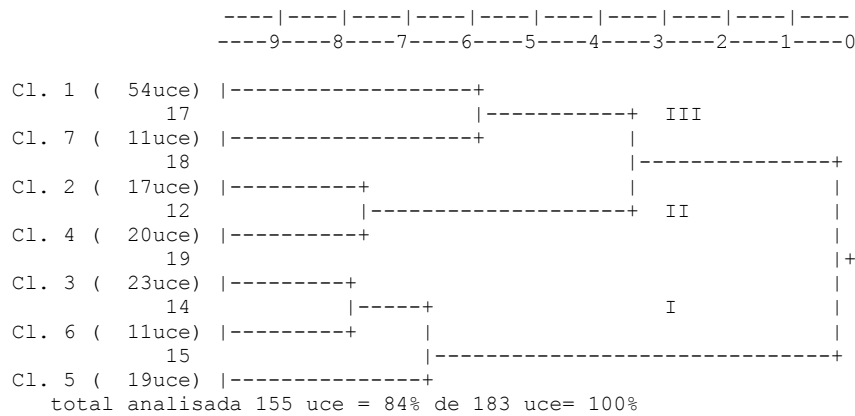
3.2 O que falam os moradores

A pesquisa realizada baseia-se em entrevistas com o intuito de testar o instrumento tanto da coleta de dados, assim como o método Alceste. Nessa primeira fase foram entrevistados nove moradores, constituídos basicamente de donas de casas, aposentados, diaristas e pedreiros que se encontravam disponíveis para as entrevistas. As atividades profissionais desenvolvidas pelos entrevistados correspondem ao circuito inferior da economia, segundo Milton Santos (2004).

A fim de demonstrar a análise automática do Alceste, *o corpus*, apresenta-se a CHD do discurso dos moradores (ver figura 1). Ou seja, a CHD é uma análise estatística que possibilita a identificação de contextos-tipos que por sua vez separa os contextos-tipos em classes e apresenta a relação entre elas sob a forma de um dendograma. A análise reagrupou em 84% de UCE ou 155 UCE; e em 7 classes de palavras que configuram temas distintos e resumem a estrutura da classificação por um dendograma e pelos conteúdos das classes.

A estrutura hierárquica divide as classes em três níveis, I, II e III. O primeiro nível composto pelas classes 3 e 6, que denominamos de “condições de vida” e “suas necessidades”, associada de perto com a classe 5, a qual denominamos de “lote: a propriedade”. Ambas se separam das demais classes, porém estão bem relacionados entre si. No segundo nível está a classe 2 e 4, denominada de “novos loteamentos” e “coisas boas”, respectivamente, que se distingue das classes 1 e 7, denominada “mobilidade” e “ilegalidade”. No nível III, as classes 1 e 7, encontram-se mais relacionadas entre si do que com as outras classes.

Figura 1: Classificação Hierárquica Descendente do discurso dos moradores



O Alceste fornece tanto vocabulário específico quanto fragmentos do discurso mais representativo que compuseram cada classe específica, o que permite interpretar o discurso. A seleção das palavras que compõem as classes foi realizada levando em consideração o χ^2 , Chi2 ou qui ao quadrado, ou seja, o grau de associação das palavras. Assim, observa-se um determinado campo do pensamento dos moradores, no qual os vocábulos adquirem sentido e coerência.

Na classe 6, o discurso que prevalece é do perfil dos moradores, ou seja suas condições econômicas (renda e trabalho) e sociais (escolaridade dos entrevistados e filhos). Nos fragmentos de discursos mais representativos da classe 3 destacam-se as necessidades dos moradores de saírem do aluguel e de buscarem um local em que o custo de vida seja mais acessível a sua renda, e ainda comparam Águas Lindas com Ceilândia¹. Eles afirmam que:

“Aqui (em Águas Lindas) é como se fosse uma cidade dormitório. Mas, o aluguel não é muito caro e dá pra gente continuar. Tem muita gente ai migrando de outras cidades pra cá, devido o preço da moradia que não é tão caro.”(Sujeito 4, Março/2008).

Na classe 5, “o lote: a propriedade”, é percebido um discurso do “ter” propriedade de um lote e sua aquisição que foi novamente comparado ao aluguel de Ceilândia quando afirmam que o pagamento do aluguel na Ceilândia corresponderia a prestação do lote. No entanto, a análise do vocabulário específico da classe, medido pelo valor do Chi2 demonstra a integração da classe 5 e das classes 3 e 6, pois o motivo que leva os moradores do loteamento a residirem na APA é visível no desejo, no sonho de possuir uma moradia própria, ou seja, a casa própria.

Porém suas condições econômicas limitam suas possibilidade do onde e como morar. Por isso, justificam que moram numa área embargada pelo IBAMA porque não querem perder o que investiram. O loteamento perdeu o valor de troca para o mercado imobiliário, mas continua tendo um valor de uso e observa-se que em cada discurso a realidade e RS estão juntos. Como afirma uma moradora:

“A moradia aqui é melhor do que viver na rua, porque antes morava de aluguel no DF, em Taguatinga e em Samambaia. Por isso, pretendemos continuar morando aqui, porque é próprio,

¹ Ceilândia é uma das cidades-satélites do Distrito Federal, criada em 1971, quando a então Campanha de Erradicação das Invasões – CEI, levou à transferência dos moradores das invasões da época da construção de Brasília para um novo local de residência. A maioria dos moradores entrevistados migrou da Ceilândia-DF para Águas Lindas.

acho que o sonho de todos os brasileiros ou de todo cidadão é ter uma casa própria independente do local em que esteja. Porque todo lugar ao começar é ruim e depois se torna uma cidade. [...] Era a nossa vontade de ter um lugar nosso, ter o nosso cantinho, a casa própria. Foi isso que nos motivou a vir morar em Águas Lindas, porque as condições que tinha que oferecia ter a casinha própria, o pagamento, como pagar, a forma de pagamento motivou a vir pra cá.” (Sujeito 4, Março/2008).

Portanto, a lista de palavras da classe 5 corresponde aos vocábulos do contexto predominante no discurso dos moradores entrevistados, ou seja, o campo comum das idéias dominante. Já na classe 2 e 4, “novos loteamentos” e “coisas boas”, revela que para os moradores é bom que abram novos loteamentos, mesmo irregulares. E as representações do espaço enquanto objeto é que: para eles a abertura de novos loteamentos é a possibilidade de que os terrenos baldios, matos, lixos e outros não fiquem expostos, abandonados, pois serão ocupados por moradias. Como afirma a moradora:

“Eu acho bom novo loteamento, porque era muito mato lá. Ai vai morar mais pessoas vai ficar mais habitável. Arrumar pra gente passar. Porque o mato atrai a bandidagem.”(Sujeito 6, Março/2008).

Observa-se no discurso que muito mato na APA e atrai a bandidagem são representações sociais dos moradores. Para eles a urbanização é vista como a ocupação do terreno por moradias, então os novos loteamentos mudam o local o que para os moradores é apresentado como urbanizar, ou seja, mudar o local. Além disso, os novos loteamentos propiciam as pessoas que moram de aluguel terem uma moradia própria, uma segurança, um abrigo, com descreve a moradora:

“Você precisa da moradia. Uma que você é protegido. A moradia apara você do sol, da chuva, por exemplo, veja o cara no meio da rua, no meio da chuva, você não se molha tendo a moradia, a casinha é segurança e livra do aluguel caríssimo e é uma segurança. Acho que todo ser humano tem que ter uma residência, que todo ser humano tem que ter uma moradia.” (Sujeito 2, Março/2008).

Na classe 4, os moradores destacam que as “coisas boas” são tanto oriundas da natureza quanto do progresso da cidade. Isto pode ser observado no vocabulário específico da classe quanto nas UCE. Os moradores quando sentem que fazem parte do seu cotidiano, isto é, estão integradas as suas rotinas, tanto as benfeitorias da cidade como o próprio ambiente natural, eles vêem como “coisas boas” tanto a natureza como o progresso da cidade. Como falam os moradores:

“A natureza é o sol, é a lua, é o ar, a paisagem. Tudo o que tem em volta aqui é natureza. Agora, a natureza eu tenho que conservar ela, aqui e a mim também”. (Sujeito 5, Março/2008).

“Águas Lindas tem uma paisagem bonita ali onde tem aqueles morros. E várias coisas boas que vieram pra cá as lojas no Jardim Brasília e muitas coisas boas que vieram”. (Sujeito 1, Março/2008).

Ver que são contraditórios – a natureza é vista como mato que atrai a bandidagem e algo tão fora de seu cotidiano que perde a importância. O sujeito 5 coloca sua conservação acima da conservação da natureza e o 1 acha que as coisas boas são as sociais – as lojas.

Nas classes 7 e 1 destaca-se a “mobilidade” e a “ilegalidade”. A fala dos moradores legitima seu deslocamento em busca de uma moradia, assim como a situação atual do loteamento que se encontra embargado, isto é, não escolheram onde morar, mas a situação econômica, a

pressão dos aumentos do aluguel, a busca por moradia própria foi que lhes propiciaram a chegar a atual situação. Além do mais, a busca por um ambiente que resgata a moradia de seus pais é repassada na sua história de vida. A ancoragem em suas memórias, suas crenças e valores são fruto de experiências passadas que foram boas e que buscam de certa maneira uma situação parecida quando pensam em um ambiente em que estejam mais próximo da natureza. No entanto, como confirma o discurso:

“Eu gosto de morar mais próximo da barragem, porque eu sempre morei na roça fui roceiro morei no Matão lá em Minas Gerais. Eu sempre morei assim. Depois que eu vim pra capital eu nunca deixei de ir lá, no nosso grotão. Eu sei que estou morando em uma (APA) [...], mas, como todo mundo está morando aqui continuei morando aqui e continuo. Depois se me tirar eu não vou criar caso, porque sei que to agredindo a natureza. Olha, se o lugar está de acordo com as normas, porque tem normas, se tiver de acordo com as normas, se vier vamos supor o responsável pelo meio ambiente, às vezes vem aqui, e dizer que todo mundo aqui vai ter que cumprir essa lei aqui. Eu sou o primeiro a cumprir.” (Sujeito 5, Março/2008).

Portanto, o discurso dos moradores revela que quando se sentem integrados ao ambiente é saudável, agradável, tem que preservar, porém o inverso, o da lei, da proibição revela um discurso de justificativas, de defesa do seu patrimônio, do seu trabalho, do seu investimento. Nas Representações Sociais o que importa é o imaginado, a ancoragem e a objetivação, então o que prevalece não tem muita importância, mas o sistema de objetos imaginados leva à ação de permanecer numa área embargada. A ancoragem do sujeito 5 é uma objetivação, ao mesmo tempo.

4. Morar ou preservar: Como os moradores se justificam?

Os moradores justificam a ocupação de áreas ambientalmente protegidas com moradias porque lá era mato e mato é para ser derrubado e substituído pelas coisas boas, como: casas, lojas, asfalto, e outros. É como se justificam. E outra, eles buscam sempre retornar a um ambiente de moradia que rememora a casa dos pais. Essa ancoragem já é uma maneira de racionalizar a dissonância cognitiva.

Outra racionalização é que a ação dos moradores não foi isolada. Para eles os maiores responsáveis pela situação são os donos das chácaras, as imobiliárias e o próprio governo local que permitiram o loteamento das áreas ambientais, como afirma uma moradora:

“não fomos nós que loteamos, foi o dono da chacara, ele mora logo ali”. (Sujeito 6, Março/2008).

Com isso, “[...] o indivíduo esforça-se por realizar um estado de coerência consigo mesmo. A tendência de suas opiniões e atitudes, por exemplo, é para existirem em grupos internamente coerentes (FESTINGER, 1975, p.11).” No conflito estabelecido entre a moradia e a natureza a população esforça-se por realizar um estado de coerência consigo mesmo. Portanto, a tendência de suas opiniões e atitudes é para existirem no grupo em que estão inseridas. Para o autor a dissonância é “a existência de relações discordantes entre cognições, é um fator motivante *per se*. Pelo termo cognição [...] entendo qualquer conhecimento, opinião ou convicção sobre o meio ambiente, sobre nós próprios ou o nosso comportamento (FESTINGER, 1975, p.13).”

No conflito em estudo, ou seja, a população de baixa renda mora em uma área de preservação, em que deveria prevalecer a proteção do ambiente, mas os moradores são capazes de pensar que a natureza deva ser preservada, porém não gostaria de ser removidos para outros locais. Eles não se vêem ameaçadores à natureza. Portanto, quando tais incongruências ocorrem,

estas podem ser muito notórias e até dramáticas, mas se captam o nosso interesse é, sobretudo, porque se situam em acentuado contraste com um fundo de coerência. Continua a ser irrefragavelmente verdadeiro, apesar de tudo, que as opiniões ou atitudes afins tendem a manter-se coerentes entre si (FESTINGER, 1975, p.11).

Uma pessoa pode saber que mora em um local cujo uso do terreno tem outra destinação e, no entanto continuar morando. O que ocorre é que as pessoas fazem uma tentativa para racionalizar sua ocupação irregular. Assim, a pessoa que mora em local destinado à proteção da natureza sabendo que isso é ilegal racionaliza para escapar da dissonância e da incoerência que: a) precisa morar e não tem dinheiro para adquirir outra casa; b) a prefeitura sabe que está morando neste local há anos, mas nunca fez nada. Por que agora haveria de tirá-los do local? c) tem muitos filhos e não pode ficar na rua; d) o Estado tem obrigação de ajudá-la na moradia, pois pagam imposto como qualquer outra pessoa, inclusive IPTU. Tem luz em casa fornecida pela CELG, tem água encanada, por sistema de poços, fornecida pela SANEAGO. Porém, não tem esgoto, asfalto, escola próximo, posto de saúde, praça, ponto de ônibus, este inclusive nem entra aqui. Sorte de estar próximo da BR 070. E qualquer ônibus serve para ir para o DF.

“Assim, continuar a morar aqui é coerente com as idéias sobre” (FESTINGER, 1975, p.12) a moradia e a natureza porque a “redução da dissonância é um processo básico nos seres humanos [...] (FESTINGER, 1975, p.13).” A dissonância poderá ser reduzida se:

mudar a sua cognição sobre o seu comportamento modificado as suas ações [...]. Ela poderá mudar os seus ‘conhecimentos’ sobre [...]. Se conseguir mudar o seu conhecimento de uma ou outra dessas maneiras, terá reduzido, ou mesmo eliminado, a dissonância entre o que faz e o que sabe. (FESTINGER, 1975, p.15).

O ponto importante é que existe pressão para que se produzam coerências entre o que pensam e suas ações para que se evite ou reduza a dissonância, assim continuam morando porque reduzem a dissonância e justificam para si e os outros os motivos que a fazem continuar a morar no local. Isto é, o local tem-se um valor de uso. Portanto, além de saírem do aluguel e adquirirem um lote próprio, ou seja, sua propriedade, as lembranças passadas guardam representações tanto da natureza e da moradia que são de certa maneira trazidas ao presente como algo bom.

5. Considerações finais

Uma das principais contribuições geográficas é entender o espaço que, para Milton Santos, é um sistema indissociável de objetos e ações. É no espaço usado que são visíveis tanto o objeto como as ações. Assim, evidenciam-se as representações sociais da moradia e da natureza em que a complexidade dos processos de ocupação em áreas protegidas leva a pensar o espaço urbano em sua totalidade.

A complexidade que envolve o espaço urbano seria então resultante das representações sociais de seus moradores, da maneira em que vêem os fenômenos, que interiorizam as normas, que respondem aos estímulos externos. Assim, são produzidos comportamentos que cristalizam significações e formas simbólicas.

No entanto, a idéia de natureza e moradia na teoria das representações sociais é apresentada como decorrência da elaboração simbólica e subjetiva dos indivíduos. Assim, entender o espaço urbano no âmbito das representações sociais é resgatar a idéia de que o espaço é social, de que o espaço urbano é produzido socialmente, fruto de intencionalidades de seus diversos agentes produtores.

No caso em estudo, os moradores se vêem diante de uma situação conflitante quando reconhecem que a natureza deva ser preservada, porém precisam morar. Com isso, os moradores esforçassem para racionalizar suas razões e justificam a sua necessidade de morar. Os moradores se situam numa posição de necessidades e carências, mas que seriam incapazes de agredir a natureza, pois quando se vêem integrados ao ambiente ou a natureza sente-se numa posição necessária para a preservação, porém quando questionados diante da lei, da proibição sua posição é de defesa e agressão ao ambiente ou a natureza.

Referencial bibliográfico:

- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos. *Ser Social*, 9, pp. 129-158. 2001.
- BRASIL. **Decreto N° 88.940, de 07 de Novembro de 1983**. IBAMA. Brasília, 1983.
- BRASIL. **Decreto N° 9.985, de 18 de Julho de 2000**. IBAMA. Brasília, 2000.
- CARVALHO, Marcos de. **Que é natureza(o)**. Coleção primeiros passos. Ed. Brasiliense. 1991.
- DE ALBA, Martha. **El método Alceste y su aplicación al estudio de las representaciones Sociales del espacio urbano: el caso de la ciudad de México**. In: Papers on social representations, vol. 13, pages 1.1-1.20. [disponible <http://www.psr.jku.at/>]. 2004.
- FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Zahar editores. Rio de Janeiro. 1975.
- JODELET, Denise. **Las representaciones Sociales del medio ambiente**. In: Ponencias presentadas em las II Jornadas de Psicología Ambiental, Mallorca. Pp.29-44. 1989.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1978.
- PELUSO, Marília Luiza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na Cidade Satélite de Samambaia/DF**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC. 1998.
- RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec. 1996.
- _____, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____, Milton. **O Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- VALLADARES, Licia do Prado (ORG). **Habitação em Questão**. Zahar editores, Rio de Janeiro. 1980.

Outras Fontes:

- www.caesb.df.gov.br. Acesso em: março de 2008.
- <http://www.siedf.codeplan.df.gov.br/gft/gftdefault.asp?publico=sim>. Acesso em: maio de 2008.
- <http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/coletanea/lei9985.htm>. Lei nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Acesso em: 08 de Setembro de 2006.
- <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em maio de 2008.
- <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>. Acesso em: Abril de 2008.